



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n.4 - Maio de 2014

Greves, protestos, paralisações e manifestações pelo país! O movimento docente precisa somar-se aos movimentos grevistas e manifestações de rua em defesa da educação pública e contra os ataques dos governos federal e estaduais!

O avanço da crise internacional e seus impactos na vida dos trabalhadores e demais explorados no Brasil abriram caminho à retomada das manifestações de rua e aos movimentos grevistas em todo o país. O funcionalismo público, os assalariados do setor privado, as comunidades pobres da cidade, o campesinato e a juventude explorada não suportam mais o aumento da inflação e dos preços dos alimentos, os baixos salários, as péssimas condições da educação, da saúde e dos transportes públicos, o aumento dos aluguéis e a falta de moradias, a expulsão das famílias camponesas das terras e a criminalização das lutas sociais. Além das greves de educadores em alguns estados, dos garis e operários do Comperj, no Rio de Janeiro, já finalizadas, estão paralisados trabalhadores técnico-administrativos das Ifes (FASUBRA), servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica (SINASEFE), funcionários de 13 representações diplomáticas decidiram parar por 48 horas, os servidores do judiciário federal estão em greve nacional por tempo indeterminado contra os ataques dos governos aos salários e à carreira, os servidores do IBGE decidiram parar as atividades a partir de 26 de maio, além das greves e paralisações de policiais militares ocorridas em alguns estados, policiais Cíveis, Federais e Rodoviários decidiram parar as atividades em treze estados do país no dia 21 de maio.

As manifestações de rua contra a ganância da Copa do

Mundo e em defesa da educação, moradia, saúde e transporte públicos voltaram com toda a força. O chamado 15M levou às ruas manifestantes, lutadores, organizações de esquerda, movimentos sociais, populares e entidades sindicais em 15 de maio no Brasil e no exterior. No caso da educação pública e das universidades, em particular, o governo federal de Dilma Rousseff (PT) e estaduais têm implementado medidas como a previdência privada (FUNPRESP), privatização dos Hospitais Universitários (EBSERH), as Fundações Privadas, o REUNI (expansão de matrículas sem condições de trabalho e estudo). Além disso, incentiva a mercantilização do ensino, subvenciona as instituições particulares e faz avançar a desnacionalização com a entrega de escolas e universidades ao capital financeiro.

O movimento docente nacional precisa engrossar as fileiras das manifestações e greves contra esses ataques. Apostar nas mesas de “enrolação” com os governos debilita o movimento e leva à derrota. Basta ver o escárnio com que o Secretário de Educação Superior, Paulo Speller, trata o movimento docente, cancelando a reunião com o Andes-SN, marcada para 21 de maio. É preciso avançar e garantir a unidade real de todos os movimentos grevistas. Com a política de conciliação seremos derrotados. É necessário construir uma direção revolucionária para o movimento docente. Esta é tarefa mais urgente.

Caravana da Educação Federal e Marcha dos Servidores públicos apontam para necessidade de intensificar a mobilização e unificar o movimento grevista

No dia 6 de maio, foi realizada em Brasília, a Caravana da Educação Federal, convocada pela Fasubra (em greve desde 17 de março), Sinasefe (em greve desde 21 de abril), Andes-SN, ANEL e Oposição de Esquerda da UNE. Cerca de mil manifestantes se concentraram em frente ao MEC e cobravam uma reunião com o ministro da Educação, José Henrique Paim para abrir negociação sobre a pauta das categorias. A mobilização foi nitidamente insuficiente para pressionar o ministro a receber os setores em luta. Chamou a atenção a ausência dos estudantes. As falas dos presentes denunciaram as perdas salariais, ausência de data-base, privatização da saúde e educação, ataque às condições de trabalho e estudo, destinação de metade do orçamento federal para amortização de juros da dívida e os mais de R\$ 30 bilhões para a Copa do Mundo. Babá, do PSol também esteve presente com o bloco dos “Unidos para Lutar”, fez uma fala eleitoreira e moralizante em que atacou principalmente a questão da corrupção do governo do PT.

Marcha na Esplanada

No dia seguinte, mais categorias se somaram em uma marcha dos Servidores Públicos Federais. Foram cerca de

1.500 presentes. A Fasubra e Sinasefe, durante a madrugada organizaram um bloqueio às entradas do Ministério do Planejamento. Esta ação, junto com a marcha, garantiu que representantes dos Comandos Nacionais de Greve fossem recebidos pelo Secretário de Relações do Trabalho. A única resposta, porém, foi a de que “há pouca margem de manobra” e que haverá uma nova reunião daqui a 15 dias. Pela tarde, a plenária dos SPF reafirmou a realização das mobilizações nos estados nos dias 15 de maio, contra as remoções da Copa, e no primeiro dia do mundial, 12 de junho.

Apesar das inúmeras falas que apontavam a necessidade de unidade e intensificação da mobilização, são raras as iniciativas que apostem na ação direta. Por parte das inúmeras entidades vinculadas a diferentes centrais não houve nenhuma sinalização concreta de como unificar os trabalhadores, o que deveria passar pela realização de um congresso de base que unificasse as centrais sindicais em uma só entidade nacional.

A Corrente Proletária na Educação/POR participou com a distribuição de um manifesto, que analisava a conjuntura da crise econômica mundial e o ascenso da luta de classes e denunciava os ataques que o funcionalismo público e a categoria docente tem sofrido por parte do governo federal. As

burocracias sindicais entram no jogo das “negociações” em separado que só nos divide e restringe nossa capacidade de organização. Diante disto, convocamos as diversas categorias a unificar as lutas e apostar na ação direta. Fizemos um chamado para que vinculemos nossas reivindicações à defesa da vida dos explorados do país. Defendendo o salário mínimo vital, a escala móvel de reajuste diante da alta do custo de vida. Estabilidade no emprego diante da ameaça de demissões. Escala móvel do trabalho para que todos tenham

emprego. Fim das contratações terceirizadas, com efetivação imediata dos trabalhadores terceirizados; A estatização, sem indenização dos sistemas privados de saúde e educação; a revogação de todas as leis repressivas. Direito irrestrito de greve e manifestação. Fim da opressão policial sobre a população pobre, dentre outras bandeiras que nos vinculam às reivindicações dos camponeses, indígenas, operários e demais explorados.

Por que a direção do ANDES/SN está jogando peso nas “mesas de enrolação” com o governo?

A direção do Andes-SN aposta insistentemente nas mesas de negociação com o Governo Federal e estaduais (como já dissemos, “mesas de enrolação”), de onde só saem promessas, enquanto os governos agem no sentido de aprofundar os ataques às universidades públicas, em benefício das particulares. Ao mesmo tempo, por ter uma direção reformista, o movimento docente nacional não consegue levar adiante uma luta intransigente contra o ensino privado, em defesa da educação pública. A direção atual fala apenas abstratamente contra a mercantilização do ensino, ao não defender a estatização de toda a rede privada de ensino.

Há uma indisposição da direção e de seus aliados em deflagrar uma greve em um ano de eleições para a nova diretoria da entidade e eleições no país. Aqui entram os inconfessados interesses dos partidos e coletivos que dirigem a entidade, que, certamente, sabem dos custos eleitorais de deflagrar uma greve. Isso ficou evidente no 33º Congresso do ANDES/SN realizado em fevereiro.

Sobre a eleição da nova diretoria do Andes-SN, ocorrida em 13 e 14 de maio, mesmo havendo uma única chapa, era necessário garantir representatividade para legitimar a próxima direção, que expressa a continuidade das ideias, posições políticas e método de luta das direções anteriores. Além disso, a última direção do Andes-SN agiu no sentido de se livrar da crítica feita pelo biônico Proifês de que o Andes é por princípio grevista. Crítica que nem tem razão de ser, visto que a forte greve nacional de 2012 só saiu por pressão das bases radicalizadas, que claramente foram além do que pretendiam as direções, com uma política defensiva frente à ofensiva que o governo federal de Dilma Rousseff/PT estava fazendo contra a categoria e a universidade pública. Mesmo durante a greve, a anterior

direção do Andes-SN manteve a política de apostar na negociação com o governo e de pressão dos parlamentares “amigos da categoria”, supostamente para frear o PL da carreira que, na ocasião, estava tramitando e acabou sendo aprovado na forma de Lei nº 12.772/12, por acordo de gabinete entre o governo e o Proifês.

Realizamos duas paralisações nacionais: uma no dia 19 de março, outra no dia 10 de abril. Nos dias 06 e 07 de maio houve a Caravana e a Marcha nacional dos servidores públicos federais à Brasília. Dia 21 está prevista a paralisação nacional. O Secretário de Educação Superior já cancelou a reunião com a entidade. Nos dias 24 a 25 está prevista reunião das do setor das Ifes. O que estamos esperando para engrossar o movimento grevista nacional dos servidores federais? As seções sindicais se reuniram na sede do Andes/SN em Brasília nos dias 26 e 27 de abril, resultando na recomendação de intensificação da mobilização, fortalecimento das assembleias e aprofundamento do debate sobre a greve. Observamos que falta um trabalho de base para informar e mobilizar a categoria quanto aos graves problemas da educação, as leis repressivas, os gastos de recursos públicos com a copa, a Ebserh, as condições de trabalho, o Funpresp, etc. Temos, assim, assembleias esvaziadas, devido à ausência de uma real mobilização na base. Em síntese, as ações institucionais e as negociações substituem a ação direta das bases.

Não há outro caminho, senão constituir uma fração revolucionária no interior do movimento docente, que levante alto o programa proletário revolucionário da educação e as universidades. Temos que realizar um sistemático trabalho de politização nas bases, retomar a combatividade e o caráter classista dos sindicatos. O movimento docente tem muitos motivos para lutar e deflagrar a greve nacional, fortalecendo o movimento grevista no setor da educação superior já iniciado pela Fasubra e Sinasefe.

MEC planeja nova expansão das federais via Ead

Depois da expansão precarizada promovida pelo Reuni, acompanhada por amplo favorecimento do ensino privado, o governo federal planeja a implementação do novo Reuni, com foco no ensino a distância (EaD). Esta modalidade expressa a decomposição da educação sob o capitalismo. Aprofunda a separação entre a teoria e a prática e serve à valorização do capital.

Com o Reuni I, as vagas nas federais foram duplicadas às custas da precarização das condições de trabalho e de estudo. O aumento do número de estudantes não foi acompanhado pelo mesmo aumento na contratação de docentes, cerca de 30% das obras ainda não foram concluídas. A democratização do ensino não passa pela certificação em massa do EaD, mas sim pelo combate ao sistema privado, que deve ser expropriado, e pela defesa

do acesso irrestrito da juventude ao ensino superior, que deve ser integralmente público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

De 2007 a 2013, as matrículas presenciais nas federais cresceram 60%, enquanto as à distância cresceram 224%, chegando a quase 10% das vagas existentes. O Andes-SN não tem combatido efetivamente a expansão do EaD, aceita sua aplicação em determinados ramos ou em determinadas condições. Convocamos os docentes a rejeitarem o Ensino à Distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. É preciso lutar pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram. A nova expansão prevista pelo governo revela a urgência em colocar estas bandeiras na ordem do dia.

UFBA/BA: Não faltam motivos para paralisar no dia 21/05

A paralisação docente nacional do dia 21 de maio foi decidida na reunião do setor da IFES, em 26 e 27 de abril deste ano, com a participação de 46 seções sindicais do país. A tarefa, portanto, era de aprovar a paralisação nas assembleias locais e constituir a Comissão de Mobilização para organização e mobilização dos professores. E mais, deveríamos buscar a unidade na luta com os servidores em greve e o apoio ativo dos estudantes e das suas entidades.

Na UFBA, foi realizada uma assembleia no dia 06 de maio, na qual o POR e outros professores propuseram e defenderam a aprovação da paralisação no dia 21 de maio. A direção da APUB, ligada ao PROIFES, se colocou expressamente contra a paralisação, alegando que a UFBA vive o momento de eleição (na verdade consulta!) para reitor, nos dias 20 e 21 de maio. Para essa direção pelega e burocrática, a consulta para reitor é mais importante do que a defesa das condições de vida e trabalho de professores, estudantes e técnico-administrativos. Parte da Oposição à direção (PSTU e “independentes”) da APUB tentou aprovar uma proposta conciliatória: realizar outra assembleia antes do dia 21 para discutir se haveria paralisação ou não. Foi aprovado o dia 21 como dia de paralisação e marcada nova assembleia para o dia 14 de maio. Constituiu-se uma Comissão de Mobilização, da qual fizemos parte.

Na assembleia do dia 14 de maio, a paralisação do dia 21 de maio foi acrescentada à pauta. O PSTU, parte dos “independentes” da Oposição, Consulta Popular e Diretoria da APUB se somaram na defesa de que não houvesse mais paralisação no dia 21 de maio, por causa das “eleições” para reitor. O PSTU maneja a sua política

no movimento docente nacional se adaptando às tendências conservadoras de uma parte da categoria. Além disso, não consegue se diferenciar do Psol em nível nacional e se mostra completamente impotente diante da necessidade de enfrentar a política reformista da direção do Andes-SN para pôr a entidade a serviço da luta da categoria. No fundo, receia que a direção dominante leve a cabo uma política de desfiliação do Andes-SN da CSP-Conlutas, vez que o Andes é uma importante força política e financeira para a manutenção da central.

Posições da CPE/POR

A CPE/POR defendeu intransigentemente a manutenção da paralisação no dia 21. A proposta contra a paralisação foi aprovada. Para minimizar o tremendo retrocesso de tal proposta, foi aprovado um “dia de mobilização” no dia 21 e um debate sobre carreira e salários. A CPE/POR trabalha por constituir uma direção revolucionária. Na consulta para reitor, defendemos a constituição de um GOVERNO TRIPARTITE dos três setores (estudantes, professores e técnico-administrativos), por meio do voto universal, com mandato revogável e submetido à assembleia geral universitária. O PSTU, Psol, Consulta e Levante Popular, correntes do PT, entre outras correntes de esquerda, de forma geral, se submeteram à consulta e enfileiraram por trás dos candidatos. Diante da criminalização, processos e prisões dos lutadores e manifestantes, o POR tem organizado em Salvador, junto com outras correntes, o COMITÊ CONTRA A REPRESSÃO, seguindo o exemplo dos Comitês de São Paulo, Paraná e Maringá. Sem a constituição de uma direção revolucionária no movimento docente, prevalecerá a política conciliatória, que, no lugar de avançar na luta, leva o movimento docente a um impasse.

UNIR/RO: A precarização das condições de trabalho

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) surgiu nos últimos anos da ditadura militar, quando o território do Guaporé é elevado à categoria de Estado como parte das políticas dos militares para a região Norte. É uma universidade que já surge precarizada e subordinada a parcerias público-privadas. Com cerca de dez anos de criação, já começa a se apoiar em serviços da Fundação Riomar, que junto à administração do reitor Januário do Amaral, quase levou a Universidade definitivamente ao buraco, se não fosse a sua renúncia forçada pela greve de 2011.

No capitalismo a precarização do trabalho se aprofunda e se reflete cada vez mais na superexploração do trabalho. A precarização do trabalho atinge todos os setores de serviços e avança sobre a educação, desde o gerenciamento das escolas à prática pedagógica dentro da sala de aula. A precarização se manifesta por meio de contratos temporários no ensino fundamental, médio e no ensino superior. Uma das suas faces é a criação da categoria de “Professor Substituto ou Temporário”. O que interessa para os burocratas do Estado é reduzir gastos com o serviço público sem reduzir a quantidade do atendimento. Para o trabalhador combinam-se sobrecarga e desemprego. Ampliar o atendimento ao público sem aumentar o investimento, o que significa cortar verbas. Um exemplo extremo disto é a EaD, que já cresce na UNIR.

Esta é uma universidade que caminha aceleradamente para profunda precarização das condições de estudo e

trabalho. Não conta com restaurante e uma residência universitária, terceirizou plenamente os serviços de vigilância do patrimônio e da zeladoria da universidade. Essa precarização imposta pelo modelo da educação mercantilizada que se converte como negócio vantajoso no mercado brasileiro é uma imposição dos países imperialistas que se aprofundou com a política neoliberal consagrada no início dos anos 90. É parte desta política a imposição das parcerias público-privadas (PPPs) que iniciam suas experiências em escolas do ensino fundamental e médio no interior dos Planos de Desenvolvimento da Escola (PDEs) e no ensino superior com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). São planos em cujas orientações exige do profissional da educação uma polivalência que nem o sistema de ensino nem o modelo de sociedade é capaz de oferecer plenamente aos educandos devido à separação entre educação e trabalho, porém esse modelo de exigência se reivindica de trazer a excelência para o serviço público. Trata-se, portanto, de uma cobertura ideológica para os profundos ataques do Governo Federal e estaduais à educação e, em particular, às universidades, além do avanço do ensino privado e do controle do capital financeiro (desnacionalização). A tarefa colocada para o movimento docente é a defesa intransigente da educação pública contra o avanço das medidas privatistas e a precarização das condições de trabalho e estudo.

IEES/PR: Autonomia sob a mira do governo e burocracia

As universidades paranaenses foram todas criadas pelo Estado desde a década de 1970 e continuam sendo criadas para acomodar interesses oligárquicos regionais e ajustar aos da oligarquia curitibana. Nunca protagonizaram grandes enfrentamentos pela sua autonomia, pois, desde o início se estabeleceram enquanto apêndices do estado. Somente no final da década de 1980 houve um movimento para se fazer a eleição direta da reitoria e algumas estatuintes. Apenas uma vez as universidades de Londrina e Maringá foram aos tribunais contra a pretensão do governador Roberto Requião retirar a elaboração das folhas de pagamento das mãos da burocracia universitária. Fora isso nunca houve resistências às medidas privatistas e à crescente ingerência perpetrada (EAD, ENADE, ditadura da CAPES na pós-graduação, política de cotas, lista tríplice, etc.).

Neste momento, tramita em diversas secretarias de estado projeto que cria um sistema estadual de ensino. A pretexto de se ajustar à LDB e outras disposições cria-se um “sistema” que subordina de vez as IEES à secretaria de ciência e tecnologia e ensino superior e ao conselho estadual de educação que passariam não apenas a fiscalizar mas também definir normas e diretrizes. A burocracia universitária limitou-se até agora a emendar detalhes da lei, mas não se opõe ao princípio de rebaixar mais ainda o estatuto da universidade ao nível de um escritório regional do

governo.

Paralelamente na UEL, uma comissão do conselho universitário criada para levantar medidas oficiais vigentes que restringem a autonomia, limitou-se em seu relatório a recomendações para uma lei de regulamentação do financiamento, dobrando-se à orientação da reitoria que conta com a promessa do governador Beto Richa de conceder esta regulamentação durante o seu mandato atual. Quanto à lista tríplice chega ao absurdo de defender que uma vez eleito o candidato mais votado o governador simplesmente o nomeie, mas não questiona que seja o executivo estadual quem designe a máxima autoridade da burocracia.

Os sindicatos e o movimento estudantil tem neste momento a tarefa de chamar assembleias para discutir o relatório sobre autonomia. Neste debate é necessário colocar que sem a decisiva participação dos estudantes no governo da universidade não se pode conquistar a autonomia, pois a burocracia é o instrumento do estado e da burguesia e restringe a democracia como forma de implementar a política privatista do governo.

Por isso, junto com a denúncia da ingerência do estado e colaboração da burocracia há que levantar também nesse debate o problema de real democracia que significa defender o GOVERNO TRIPARTITE com voto universal submetido à assembleia geral universitária e com mandato revogável.

PUC/SP: Reitora revoga a punição contra Bia Abramides

Em 27 de janeiro de 2014, a reitora da PUC Anna Cintra decidiu impor à professora e diretora da APROPUC Bia Abramides uma condenação de advertência formal, que seria anexada ao seu prontuário, pelo simples fato da professora participar no dia 27 de fevereiro de 2013 de uma reunião convocada pelos estudantes na sala onde ocorreria o Conselho Universitário. A própria reitora, cuja nomeação estava sendo questionada pela comunidade universitária, foi quem solicitou a abertura de processo administrativo para apurar a suposta “incitação dos alunos”.

A primeira decisão da reitora se baseou nos dados da Comissão Processante. Embora não tenha visto a “incitação” como descrita na acusação, um dos professores da Comissão Processante, Carlos Eduardo Carvalho, entendeu que a suposta atitude da professora constituía um desrespeito ao Conselho Universitário. Estava aberta a porta para a punição. Entretanto, a reitora não contava com a força dos movimentos sociais, das entidades dos trabalhadores, do protesto das correntes e partidos de esquerda e as manifestações contra a punição. Depois de muita denúncia e resistência a reitora teve de ceder. Enviou comunicado ao presidente da Comissão Processante informando “a revogação da decisão tomada anteriormente, qual seja a aplicação de advertência formal” à Bia Abramides. *A experiência demonstra que só com luta é possível barrar as medidas de criminalização dos lutadores.*

UFCG/PB: A luta não para! Fora Ebserh!

Continua a luta pela revogação do ato autoritário do reitor, que privatizou os HUs com uma canetada, ferindo a decisão da comunidade e até mesmo do Colegiado Pleno, que rejeitou a empresa por 36 votos a 4. Mais de um mês após a medida monocrática, o reitor convocou pela primeira vez o Pleno. A comunidade esteve presente, organizada pelo Fórum em defesa do SUS, uma frente da qual a CPE/POR faz parte. Diante dos protestos e falas exigindo o cancelamento da decisão privatista, o reitor encerrou a reunião. No dia 12 de maio, em audiência com as entidades representativas, o reitor tentou buscar “mediações” para que a universidade volte à “normalidade”. Um estudante da Corrente Proletária Estudantil reafirmou que não há diálogo possível sem a revogação da medida. Apesar da ação judicial em curso pela suspensão da adesão à EBSEH, sabemos que só com a intensificação da mobilização e a adoção da via da ação direta conseguiremos combater esta medida privatista.

IFES/CE: Assembleia aprova desfiliação da ADUFC do PROIFES

Os professores das universidades federais do Ceará (UFC, UFCA e UNILAB), reunidos em assembleia, no dia 14 de maio desfiliam a ADUFC do PROIFES, a federação governista que sabotou a greve em 2012. Foram cerca de 170 professores presentes, sendo 7 votos contrários e 12 abstenções. Ficou clara a insatisfação da categoria com o peleguismo do PROIFES. Ainda não foi aprovada a refiliação ao ANDES.